

Ensinar ou não ensinar gramática? eis a questão!¹

SOUZA, Mônica Regina de²
SERRAVIX
monica_regina_2004@yahoo.com.br

RAMOS, Santiago Daniel Hernandez Piloto³
PPGE/UFES/FAPES
sdhpr@hotmail.com

Resumo

Este artigo discute o ensino de gramática na sala de aula, enfatizando a importância da contextualização, da prática de texto e do respeito que se deve ter a todas as formas de uso da língua. Pretende-se desmitificar o pensamento de que o uso da norma-padrão dá *status* e poder ao falante. Como procedimento metodológico, é feita a revisão bibliográfica de forma a mostrar as semelhanças que os autores citados no texto têm acerca da definição do termo gramática e da real importância do aprendizado das normas gramaticais. São apresentados alguns pontos que dificultando e desestimulam o trabalho com língua materna em sala de aula. Sugerem-se algumas práticas que podem ser aplicadas no ensino de língua materna, fazendo com o que aluno se torne ativo na aquisição de seu conhecimento, e não um mero expectador do processo ensino / aprendizagem.

Palavras-chave: Gramática. Norma-padrão. Normas gramaticais. Língua materna.

¹ Artigo apresentado à Universidade Gama Filho como requisito para obtenção do grau de Pós-graduado em Metodologias de Ensino de Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Msc. Maria Célia Cardoso Lima. E posteriormente em conjunto apresentado no Congresso Internacional *Pedagogia 2010*.

² Licenciada em Letras pelo Centro de Ensino Superior Anísio Teixeira (2004). Pós-graduada em Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade Gama Filho e Pós-graduada em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica (PUC- Minas).

³ Licenciado em Letras Espanhol e Português-SERRAVIX (2010); Graduado em pedagogia Multivix-Serra(2013), Graduado em arquitetura e Urbanismo UCLV-Cuba(1999), Mestrando em educação PPGE-UFES, membro do NEPEFIL-UFES. Bolsista FAPES.

Introdução

Este artigo pretendeu discutir algumas questões que abrangem o ensino da gramática nas escolas, além de avaliar o porquê de esta ser, em algumas vezes, tão repudiada.

Ao se avaliar os estudos que estão se desenvolvendo nesta temática dentro do campo educacional (POSSENTI, 2008), (NEVES, 2005; 2008), percebeu-se que o ensino da gramática, ou melhor, das normas e exceções que esta postula, não é muito bem-vindo pelos estudantes. Ao mesmo tempo, também se observam críticas quanto à inaptidão dos alunos diante da necessidade que estes têm de escrever ou mesmo de falar.

Nos estudos sobre a linguagem e a consciência, Vigotski, no início do século passado, ao se referir a “fala escrita”, já alertava para sua dificuldade, pois a mesma carece de entonação, de interlocutor e acaba por representar uma simbolização de símbolos (VYGOTSKI, 1997, p.127). Destarte ao se fazer a diferenciação entre a fala escrita e a fala interna, ressaltou:

A fala escrita se encontra em outra relação com respeito à fala interna, surge depois que esta e é a de maior gramaticalização. Porém está mais próxima da fala interna do que da externa; se associa aos significados, esquivando a fala externa(VIGOTSKI, 1997, p. 127- tradução nossa)⁴.

Partindo destes estudos, entende-se que o campo educacional tem sido permeado pela compreensão da gramática apenas como o ensino de regras, que mostram-se isoladas de um contexto ou mesmo da realidade, é pertinente a concordância com tais ditos negativos dentro do espaço escolar desde uma perspectiva tradicional e rígida do ensino da língua. Posto que o conhecimento da língua, em sua totalidade, muito mais do que regras, representa, ante tudo, a apropriação histórica de uma das funções mais importantes do desenvolvimento humano, cultural, do homem, na medida em que com ela “sintetiza o acúmulo da experiência social da humanidade e os mais decisivos saltos qualitativos dos indivíduos, tanto do ponto de vista filogenético quanto ontogenético” (MARTINS, 2013, p. 168)

Não obstante, se é feita a associação entre o ensino de gramática e a realidade dos alunos e se é dada ênfase de que é possível e justo valorizar as várias formas de comunicação, o ensino da gramática passa a ser visto como um diferencial e um direito do aluno, já que este está dentro do ambiente escolar, ou seja, local de aprendizado e também de antagonismos e

⁴ Todas as traduções de outras línguas para o português neste artigo são de nossa responsabilidade.

contradições de classes, onde a língua desempenha um papel importante, pois este conhecimento, historicamente construído e herdado pelas gerações que nos precederam encontra-se monopolizados pelas classes detentoras do poder. Não obstante, entendemos assim como Saviani (1991, p.22) que “[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado[...]”. Sendo desta forma, constitui um espaço de grande importância para a apropriação e criação cultural como um processo necessário em si para o desenvolvimento das funções psíquico superiores do sujeito.

Possenti (2008), para esclarecer esta questão, recorre aos estudos do renomado linguista, Carlos Franchi, sobre estudos da gramática e seu ensino dentro do universo escolar.

Não faz sentido contrapor uma linguagem erudita a uma linguagem vulgar, nem tentar substituir uma pela outra. Trata-se de levar a criança a dominar outra linguagem, por razões culturais, sociais e políticas bastante justificáveis (FRANCHI *apud* POSSENTI, 2008, p. 30).

Vygotsky e Luria (1996), ao desenvolver seus estudos sobre a história do comportamento, analisaram o desenvolvimento filogenético da linguagem, é entenderam que o sujeito ao se apropriar da realidade, denominar e classificar os objetos e fenômenos que lhe rodeiam da natureza, como da sua própria, por médio da palavra e esta dentro da língua, lhe foi possível ao homem como sujeito social, ultrapassar o nível sensorial, assim deu-se com esta apropriação um profundo salto qualitativo e transformador na sua psique.

Por tanto, é possível ensinar gramática de forma que ela seja operativa, e não passiva, pois não é sua função (pelo menos, não deveria ser) servir, apenas, como aplicação de regras. Mas um instrumento dentro do desenvolvimento da língua do sujeito, pois a mesma “representa um sistema específico de comunicação por meio da linguagem, que se estrutura por vocabulário, gramática e sistemas fonológicos específicos”(MARTINS, 2013, p.167). Por tanto ao entendê-la como uma parte em si da língua, a gramática, carrega em si, mais do que regras, uma vez que “a fala é baseada na palavra, mas também na frase, que é unidade básica da expressão narrativa em que ocorre uma combinação de palavras em conformidade com as normas da língua” (LURIA, 1981, p. 269)

As pesquisas no campo educacional têm apontado para a pragmatização do conhecimento, com reflexos no espaço acadêmico de maneira geral e no campo da educação de forma particular. Por isso, entende-se que esta pesquisa de cunho teórico bibliográfica, caminha a contrapelo à adesão pragmática/neopragmáticas apontadas pelas pesquisas. Em outros termos, “[...] a forma pragmática de pensar e agir tornou-se capilar e infiltra a formação docente, a filosofia da educação até definições do que e como ensinar” (LOUREIRO, 2007, p.

542). Por tanto, pretende-se a partir da análise dos trabalhos que tem desenvolvido os pesquisadores no campo do ensino da língua materna, discutir sobretudo a importância da gramática e a devida aplicação desta em sala de aula.

Em seu livro *Preconceito Linguístico*, Marcos Bagno(2008) disserta sobre o *mito* que diz: “O domínio da norma-padrão é um instrumento de ascensão social”. Nesse item, o autor questiona o fato de que, se a norma-padrão fosse sinônimo de ascensão social, “os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país” (BAGNO, 2008, p. 89). Entretanto, é necessário que ela seja ensinada para que possamos dar a nosso aluno condições de crescimento e aprimoramento do seu saber prévio. A ênfase que se quer dar, neste artigo, é quanto à maneira do ensino de gramática. Por isso questionamos e discutimos: *até que ponto ensinar regras é sinal de que estamos ensinando a língua portuguesa?*

Para tanto, se pretende estudar a viabilidade do ensino de gramática, apresentando o que se considera ser, realmente, um verdadeiro ensino de língua portuguesa.

De esta forma, nosso objetivo é: a) Verificar como os autores discutem o ensino de gramática; b) Demonstrar a importância da contextualização para que o ensino de gramática seja eficiente para a vida educacional do aluno frente a qualquer outra disciplina; c) Analisar a importância do ensino de gramática sem desmerecimento de tantas outras formas de falar; d) Discutir sobre a necessidade do ensino gramatical, fazendo prevalecer o direito do aluno ao saber.

Partindo dos objetivos especificados a pesquisa entende que estudar gramática é preciso, é relevante e é de direito do aluno, uma vez que constitui uma produção histórica e cultural, legado das sociedades que nos precederam. As críticas feitas ao mau rendimento escolar do aluno não procedem, quando se percebe que sua carência se localiza na falta de leitura e escrita. Só a gramática não é suficiente para que o aluno melhore sua produção textual, porém, sem ela, também não se pode verificar uma escrita consistente. Destarte a proposta da pesquisa é apresentar de forma qualitativa uma transformação para o ensino da gramática em possibilidades de melhora daquilo que o aluno já traz em si, sem que haja valorização de uma linguagem sobre a outra, mas que se procure seu desenvolvimento para si da língua.

Algumas Definições para o Termo: *Gramática*

Percebe-se certas semelhanças nos apontamentos apresentados pelos estudiosos na definição do termo gramática, sobre tais definições, destaca-se Carlos Franchi (*apud* POSSENTI, 2008, p. 15), constata-se que o estudioso define *gramática* como o aprimoramento de uma condição inerente ao ser humano – já nascer predisposto a fazer uso da linguagem. O convívio social e o próprio avançar dos tempos promovem o amadurecimento do uso da linguagem, e esta já vem acompanhada de uma estrutura gramatical. Portanto, já nascemos com a gramática internalizada, independente do ambiente escolar.

Para Sírio Possenti (2008, pp. 64-6), o termo gramática é definido como um conjunto de regras. Partindo dessa concepção, o autor define três pontos a serem visto sobre o que seja *definir regras*: “a) regras que *devem* ser seguidas (gramática normativa); b) regras que *são* seguidas (gramática descritiva); e c) regras que o falante da língua *domina* (gramática internalizada)”.

Irané Antunes (2008, p. 25) disserta sobre a possibilidade de se tratar de várias temáticas no que diz respeito à gramática. A autora apresenta os seguintes tipos de gramáticas (2008, pp. 25-34):

- a) Gramática 1 – funcionamento da língua com base nas regras que a definem;
- b) Gramática 2 – norma culta que segue preceitos instituídos por regras gramaticais;
- c) Gramática 3 – estudo acerca de questões históricas que envolvem a linguagem e a língua.
- d) Gramática 4 – disciplina a ser estudada.
- e) Gramática 5 – análise em relação à estrutura e à adoção de regras que determinam o uso correto da língua.

Dando vivacidade à gramática, M^a Helena de Moura Neves (1999, p. 13) constrói a Gramática de Usos e esta trata da gramática que é aplicada, viva, explorada pelos usuários. Neste livro, a autora apresenta como a língua é usada pela sociedade, não se preocupando em dizer como a língua *deveria ser usada* pela sociedade.

É possível aprender e ensinar gramática

Dois lados, dois sujeitos, dois agentes – professor e aluno. Quem são essas pessoas que, no universo escolar, estão envolvidas com toda complexidade do ensino e da

aprendizagem de línguas? Quais os seus desejos, anseios, necessidades? O que ambos podem aprender um com o outro?

Muitos alunos se posicionam diante da disciplina de Língua Portuguesa, dizendo ser difícil aprender as regras gramaticais; muitos professores se queixam de que os alunos escrevem mal por não conhecerem tais regras. Talvez seja possível interpretarmos tais falas, ratificando o que diz o início deste artigo – a gramática pela gramática não se justifica; portanto, não justifica o ensino de língua portuguesa.

É na escola que o aluno encontrará conhecimento – sem sombra alguma de dúvidas –, mas é necessário, senão imprescindível, que ele veja aplicabilidade naquilo que estuda; e a língua portuguesa, por ser aquela que prepara os alunos para o aprendizado de todas as outras disciplinas, deve ser para o aluno uma referência, e não um (ou mais um) obstáculo a ser vencido. É mais do que necessário mostrar aos alunos que é pela língua que a cultura é transmitida, perpetuada, construída, sendo *a própria língua* a cultura de um povo.

Todo aluno tem direito à informação, ao saber. Sonegar informação é cometer grave crime – o da privação ao desenvolvimento. Ensinar gramática é fundamental, mas o aluno precisa de participar desse processo, agindo de forma viva e entendendo tudo o que ocorre ao redor do ensino de língua portuguesa.

Com razão, o aluno não será atraído pelo aprendizado de uma disciplina que acaba por afastá-lo do aprendizado, visto que decorar nomenclaturas e regras não tem utilidade prática para o aluno.

Sírio Possenti (2008, p. 73) expõe com muita propriedade o significado para o termo *regras*.

Há dois sentidos em que se pode falar de regras: um deles traz a ideia de obrigação. [...] Regras é algo que alguém obedece, sob pena de alguma sanção. É nesse sentido que se fala das regras de etiqueta e do **bom comportamento**. [...] O outro sentido traz a ideia de regularidade e constância, aproximando-se da noção de lei no sentido de **leis da natureza** (grifo nosso).

Este autor enfatiza a relação entre o ensino de gramática e a ideia de *certo e errado*. Saber gramática não tem o valor de mais ou menos “sofisticação mental ou comunicativa” (POSSENTI, 2008, p. 74). A gramática é importante desde que ela possa ser praticada, usada. Fora isso, ela é mera exibição de regras.

No texto *O uso de relações semânticas na análise gramatical*, Carlos Franchi (*apud* POSSENTI, 2008, p. 108)⁵ disserta sobre o uso da paráfrase para justificar o sentido das orações subordinadas adjetivas (restritivas e explicativas). Segue exemplo dado por este autor. *Os japoneses [que são inteligentes e dedicados] dominaram a tecnologia dos computadores.*

A sentença acima é ambígua, pois pode ter uma interpretação restritiva e outra explicativa. Franchi diz que, parafraseando ambos os sentidos, fica mais fácil para que os alunos entendam o sentido de restrição e explicação, dentro das orações subordinadas adjetivas.

Para que o aluno entenda o que seja uma oração subordinada adjetiva restritiva, as paráfrases adequadas seriam: a) *Somente os japoneses inteligentes e dedicados (e não os outros japoneses) dominaram a tecnologia dos computadores;* b) *Dentre os japoneses, os que são inteligentes e dedicados dominaram a tecnologia dos computadores.*

No que tange ao entendimento do que uma oração subordinada adjetiva explicativa, as paráfrases adequadas seriam: a) *Os inteligentes e dedicados japoneses (todos os japoneses são inteligentes e dedicados) dominaram a tecnologia dos computadores;* b) *Os japoneses, inteligentes e dedicados, dominaram a tecnologia dos computadores.*

Dando valor interpretativo (ou melhor, significativo) ao ensino de gramática, fica mais claro para o aluno entender o uso das regras, pois ele não começa estudando-as, e sim entendendo a aplicabilidade destas.

A gramática só é entendida se for vista e exercitada no texto, pois é no texto que ela se realiza; é no que ela vive. Aprender as regras gramaticais por frases soltas é o mesmo que andar de olhos vendados no escuro – é possível que nos localizemos, mas isso será traumático.

A visão do docente sobre a realidade educacional

M^a Helena de Moura Neves (2005, p. 31) apresenta o clima reinante entre os professores de Língua Portuguesa. Estes se posicionam diante de sua própria atuação, dos alunos e da instituição escolar. Seguem as análises.

⁵ Este texto foi escrito por Carlos Franchi, Esmeralda Vailati Negrão e Ana Lúcia Müller e mostra que deve haver relação entre estrutura sintática e estrutura semântica para a construção de uma teoria gramatical.

- a) O relato diante de suas próprias atuações – ganham mal, trabalham em mais de uma escola, não têm tempo de se aprimorarem, não se consideram respeitados.
- b) Diante da atuação dos alunos – os professores não veem empenho e dedicação dos alunos, o comportamento em sala é ruim, são dispersos e não valorizam a oportunidade de aprendizado em sala de aula.
- c) Diante das posições adotadas pelas instituições – excesso de burocracia e de trabalho para o professor, não oferecem condições de trabalho ao professor.

A autora continua a discussão, mostrando o que os professores apontam como possíveis soluções para a melhoria no ensino de Língua Portuguesa – cursos de aperfeiçoamento, material didático adequado à realidade do ensino de língua materna, orientação para que novas ações sejam adotadas.

Para a autora, os professores estão muito preocupados se seus alunos conseguem classificar as orações substantivas (2005, p. 31), o que denota uma atenção dada à conquista da nomenclatura. Ou seja, o aluno tem excelente rendimento se consegue classificar uma oração. Mas é isso que se quer com o ensino de gramática?

Uma nova visão para o ensino de língua materna

Há um capítulo no livro de Maria Helena de Moura Neves(2008), intitulado *As relações entre a dicotomia: uso x norma e a disciplina gramática* (grifo nosso), que aborda o tratamento dado a ciência linguística, enfatizando ser um “pecado” associar uso (*usus*) com rusticidade e norma (*auctoritas*) com urbanidade. Ou seja, não há justificativa para que um modo de falar seja superior ao outro.

Esta autora também destaca a funcionalidade da língua como sendo o ambiente para emersão das normas, isto é, sai do uso contínuo da língua o modelo que deve servir como norma. Portanto, nem à língua nem à norma deve ser dada a noção de autoridade.

Segundo NEVES (2008, p. 55), não há motivos para que se descarte a prescrição, pois é necessário que se tenha certo padrão uniforme a seguir. A questão é que tal padrão deva sair de um movimento invertido ao que vemos: do uso para as normas, “sem autoridade de quem quer que seja”.

Trabalhar com as normas é partir da observação, pois, em certos momentos, percebemos que o que está posto na gramática como definição (verbo intransitivo: é aquele que não pede complemento) não deve ser encarado como algo fixo e estático. Será que a

oração *Ele agiu* não deixa certa pergunta no ar? Ele agiu como, de que maneira? Será que está frase não ficaria mais adequada para o entendimento se fosse assim dita: *Ele agiu corretamente / decentemente / cautelosamente?*

Ensinar língua materna extrapola, ultrapassa os muros das prescrições, pois não existe norma que consiga representar o que, verdadeiramente, representa o desejo de expressão de uma sociedade.

É indiscutível que a escola deva dar “vivência plena à língua materna” (NEVES, 2008, p. 94) e todas as formas de linguagem devem ser vistas pelo aluno pela importância que todas têm: língua falada e escrita; linguagem padrão e não-padrão. É também função da escola dar ao aluno o direito de ele aprender um encontro com a língua materna que ele não tem em seu ambiente externo – o bom exercício da língua escrita e da norma-padrão.

Sendo assim, é fácil constatar que, na mistura das quatro modalidades, há mais similaridade entre elas que discordância, já que todas devem ser de posse do falante, pois dele é a língua.

Não há porque ver o ensino da língua como castração e o da língua falada como *terra sem lei*. NEVES (2008, p. 109) com muita propriedade diz,

Uma pergunta é crucial: Não será uma boa lição para os professores de língua pátria o fato de que as crianças e jovens detestam fazer as redações que pedimos, e, no entanto, gostam de entrar na linguagem da Internet, onde à vontade acionam, com caracteres **escritos** (grifo nosso), suas capacidades de usuário da língua? Exatamente aquelas capacidades inatas que ignoramos quando os submetemos a essa espécie de adestramento.

Tal questionamento deve ser feito para que se possa vislumbrar um ensino de língua materna que se baseie no uso lingüístico, privilegiando todos os falares.

Conclusão

Com os estudos feitos para elaboração deste artigo, evidenciou-se que o ensino de língua materna deve ter várias frentes de ação, isto é, o trabalho que envolva as inúmeras formas de manifestação da linguagem.

É para que isso seja alcançado, é preciso, ao mesmo tempo, dar condições aos professores para aperfeiçoamento e mostrar aos alunos que “todas as formas de falar valem a pena”⁶.

Não se questionou o ensino da gramática, alegando que ela fosse desnecessária ou irrelevante. O que se quis mostrar foi o modo como esta mesma gramática é trabalhada em sala de aula.

O valor do prefixo (*-re*) é bem-vindo na questão que este artigo tratou, pois é revendo, revisitando, reescrevendo e relendo o texto que o aluno irá adquirir a norma-padrão. É estimulando este aluno na prática da oralidade que ele irá desenvolver o pensar, o articular. É exercitando que se aprende e se dá vida à língua materna.

Constatou-se que quanto mais textos diferentes os alunos lerem, mais terão possibilidades de vivenciar as inúmeras formas de falar, verificando que não há uma forma superior de expressão, pois, em um país diverso e múltiplo como o Brasil, muitas são as apaixonantes formas de falar.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Muito além da Gramática**. Por um ensino de línguas em pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Loyola, 2007.

LOUREIRO, Robson. **Aversão à teoria e indigência da prática**: crítica a partir da filosofia de Adorno. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 522-541, maio/ago. 2007. Disponível < <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a12v2899.pdf> >. Acesso in 10 de dezembro de 2014.

LURIA, A.R. **Fundamentos de neuropsicologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

MARTINS, Ligia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.

NEVES, M^a Helena de Moura. **Gramática na Escola**. São Paulo: CONTEXTO, 2005.

_____. **Gramática de Usos**. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso na Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

⁶ Parodiando a música *Paula e Bebeto*, de Milton Nascimento e Caetano Veloso.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

VYGOTSKI, L.S. **Obras escogidas**. Tomo I. 2ª. Ed. Madrid: Visor, 1997.

VIGOTSKY, L.S; LURIA, A.R. **Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.